

CONVIVÊNCIA SUSTENTÁVEL COM O SEMIÁRIDO: ALTERNATIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO EM MOSSORÓ

Érica Priscilla Carvalho de Lima¹

O conceito de convivência com o semiárido emerge como uma alternativa para o desenvolvimento da área semiárida brasileira. Parte-se do pressuposto que esse território é viável, sendo crucial a emergência de políticas públicas que proporcionem a dinamização dessas áreas. Desta forma, o conceito refere-se a aplicação de ações voltadas para compatibilizar os fatores que caracterizam esses espaços com suas potencialidades locais (SILVA, 2003).

A convivência com o Semiárido pode ser compreendida através de estratégias voltadas para promover o desenvolvimento sustentável dessas áreas. Um ponto essencial é que almeja-se uma nova relação entre o meio ambiente e a sociedade, visto que as melhorias sociais só serão alcançadas mediante a redução das fragilidades dos ecossistemas locais. Desta forma, a convivência com o Semiárido objetiva não só as melhorias nas condições de vida da sociedade, mas uma maior participação social através da promoção da cidadania, ações socioeconômicas adequadas, em consonância com a preservação dos recursos naturais (LIMA; WEHRMANN, 2012).

A área do semiárido surge como espaço potencialmente vulnerável e central para o combate às secas. No Nordeste, mediante medidas estatais como a criação da SUDENE, foram implantadas políticas para programas hídricos, priorizando o acúmulo das águas das chuvas em açudes para o consumo e continuidade das atividades produtivas (BEZERRA, 2004). Todavia, o foco das políticas centrou-se na questão da irrigação, não sendo articulado com um projeto amplo para o desenvolvimento sustentável da região e com pouco efeito para reverter o atraso socioeconômico. A necessidade de ações mais abrangentes condicionou um novo

¹ Mestre em Estudos Urbanos e Regionais pela UFRN. Graduada em Ciências Econômicas pela UFRN. E-mail: ericapriscaulafrn@hotmail.com

ideário para a construção de políticas públicas mais eficazes no semiárido, criando assim a proposta de convivência com o semiárido.

A partir desse enunciado, o presente estudo partirá da pertinência de compatibilizar o desenvolvimento do semiárido nordestino com suas potencialidades, através da destinação de políticas públicas eficazes à fomentar a região. Sendo assim, o recorte espacial do presente estudo será o município de Mossoró, no período compreendido de 2000 a 2010. O objetivo geral é analisar o desenvolvimento socioeconômico de Mossoró e seu rebatimento na dimensão ambiental, a partir da compreensão do conceito de convivência sustentável.

Este trabalho, portanto, parte da ideia defendida por Furtado (1959; 1974; 1984), o qual ressalta que o problema central do semiárido não se encontra no ano de seca, mas no ano bom, visto que nesse ano se formaria a “Indústria da seca”, que consistiria no enriquecimento dos coronéis nordestinos. Ademais, o autor tira o enfoque no combate à seca para a prioridade de fomentar a economia no semiárido.

A área do semiárido tornou-se uma das mais fragilizadas no Brasil, tendo em vista que atravessou um processo de exploração e ocupação desenfreada que resultou no uso indiscriminado dos seus recursos naturais. Soma-se a essa questão a própria imagem que está relacionada ao semiárido nordestino: a predominância da pobreza e seca na região. Ademais, a ação humana impactou para o aprofundamento da problemática no semiárido, considerando-se que as atividades ali implantadas não levaram em conta as características internas e resultaram em elevados impactos ambientais, tais como: desmatamento, erosão, empobrecimento do solo e da vegetação (SILVA, 2003).

Além dessas características, o Semiárido também é marcado pela presença de elevados indicadores de desigualdades sociais, o que afirma a relevância da adoção de estratégias voltadas para atenuar a problemática deste espaço. De acordo com os dados do IBGE (2007), 67% das famílias rurais dos estados do semiárido não têm acesso à rede geral de abastecimento de água, pois 43% utilizam poços ou nascentes e

24% utilizam outras formas de acesso à água. Quando se analisa a estrutura fundiária, verifica-se a elevada concentração da terra, que justifica o elevado êxodo na região, que segundo dados mais de 520 mil de pessoas deixaram de viver nesse território nos últimos dez anos (IBGE, 2010).

O Rio Grande do Norte se insere neste contexto pela acentuação da problemática que envolve o semiárido. A problemática central reside no processo de desertificação verificado no estado, que eleva a necessidade de pensar políticas públicas que possam reverter esse problema. Verifica-se, também, uma série de problemas ambientais verificados, tais como: contaminação de rio, escassez de água, doença endêmica, presença de lixão, presença de vetor e esgoto a céu aberto. Tais resultados ratificam a relevância de relacionar como as questões ambientais afetam a dinâmica social, pois é principalmente sobre a população de baixa renda que incide as consequências citadas.

Um exemplo pode ser analisado pelo comprometimento das águas do Rio Mossoró, segundo maior do Rio Grande do Norte, sendo este um exemplo da vulnerabilidade ambiental verificada no município. Além das ocupações irregulares, sejam moradias ou de empreendimentos de pequenas atividades comerciais, nas margens do rio, a poluição e a destruição da mata ciliar são impactos ambientais que agravam ainda mais o problema.

De modo geral, as questões ambientais em Mossoró estão ganhando grandes proporções devido a intensa deterioração dos recursos naturais e a existência de atividades de grande impacto, como a indústria petrolífera, que, em conjunto, geram o assoreamento e poluição dos cursos e espelhos d'água já observados na cidade (SILVA, 1993). O desenvolvimento de uma série de atividades industriais em Mossoró resultou num crescimento econômico, refletido nos crescentes PIB e empregos industriais. Entretanto, as administrações públicas estaduais e municipais não têm levado em conta os danos ambientais que se multiplicam no espaço geográfico do município (OLIVEIRA; QUEIRÓZ, 2008).

O desenvolvimento da região semiárida deve ocorrer em paralelo com a afirmação da sua capacidade endógena de crescimento econômico, ou seja, tal área deve ser vista como um espaço potencialmente viável. Sintetizando, “[...] do ponto de vista da dimensão econômica, a convivência é a capacidade de aproveitamento sustentável das potencialidades naturais, em atividades produtivas, apropriadas ao meio ambiente” (SILVA, 2006, p. 234).

Com vistas a alcançar uma relação harmônica no semiárido, uma série de estratégias pode ser adotada. Inicialmente, deve-se priorizar a educação ambiental, pois esta funciona como elemento que moldará ações conscientes da sociedade no meio ambiente. Um ponto essencial é que essa relação de ensino e aprendizagem envolve condicionantes culturais e historicamente constituídos, assim seus efeitos serão visíveis gradualmente.

Dessa forma, o conhecimento previamente constituído precisa ser complementado pelas novas tecnologias que favorecem a descoberta de novas formas para o aproveitamento do solo e dos recursos naturais. Sendo assim, a complementaridade do conhecimento tradicional e do moderno possibilita um aprofundamento dos estudos sobre as práticas mais adequadas para o semiárido.

No Nordeste a preocupação crescente com a questão ambiental levou ao surgimento de uma série de experiências alternativas para atenuar a problemática, destacando as atividades agroecológicas; o turismo ecológico e o extrativismo controlado e a economia solidária. (BRASILEIRO, 2009).

No caso de Mossoró, a convivência sustentável envolve a superação dos desafios ambientais e a adoção de métodos produtivos que promovam maior equilíbrio no acesso aos recursos naturais. Silva (2006) cita alguns exemplos práticos, tais como: agroecologia; uso sustentável da Caatinga; ações associativas e cooperativas; criação de pequenos animais.

Para promover o uso sustentável dos recursos naturais no município é necessário, primeiramente, encontrar uma relação que compatibilize os ecossistemas

naturais com o aspecto socioeconômico. É fundamental entender que a convivência sustentável com o semiárido perpassa por esse ponto, ou seja, não pode-se dissociar o aspecto ambiental dos demais, tais como: socioeconômico, político, cultural, entre outros. Um exemplo desse ponto é adoção de programas voltados para ampliar a educação ambiental, objetivando o disciplinamento da dimensão ambiental na sociedade. Outro ponto central que surge é a relevância de ações voltadas para a gestão dos recursos hídricos com vistas a aumentar o acesso à água para a população.

Outro ponto essencial é a prioridade à organização social que favorece a inserção da população no processo decisório. Deste ponto surge a relevância de incentivar o associativismo e o cooperativismo, que favorecem a melhoria do bem-estar social e contribuem para que a população seja vista como parte integrante do processo.

Em suma, as ações devem ser centradas no manejo sustentável do ecossistema, priorizando modelos produtivos de convivência com o semiárido. Um ponto central é que as políticas públicas criadas para o semiárido devem ser focadas em estratégias de gerir bem os recursos naturais, promovendo uma maior eficiência no uso e criando condições sustentáveis para o seu manejo.

REFERENCIAS

AB'SABER, Azib Nacib. Os domínios de natureza no Brasil: **potencialidades paisagísticas**. São Paulo, Atelie Editorial, 2003, p. 83-100.

BASTOS, Frederico de Holanda; CORDEIRO, Abner Monteiro Nunes. **Fatores naturais na evolução das paisagens no semiárido brasileiro**: uma abordagem geral. In Revista Geonorte, Edição Especial, v. 2, n.4, p. 464-476, 2012.

BEZERRA, N. F. **Fragmentando o Território** – Bases para o Desenvolvimento do Semiárido do Ceará. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2004.

BRASILEIRO, R. S. Alternativas de desenvolvimento sustentável no semiárido nordestino: da degradação à conservação. In: Scientia Plena, vol. 5. Num. 5, 2009.

CARVALHO, L. D. **Natureza, território e desenvolvimento rural no semiárido brasileiro**: estudo preliminar das ações da “convivência com o semiárido” em Juazeiro - Bahia. 3º Encontro da Rede de Estudos Rurais. Campina Grande, 2008.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FURTADO, C. **O Nordeste**: reflexões sobre uma política alternativa de desenvolvimento. Revista de Economia Política, São Paulo, v. 4, n., p. 5-14, jul.-set. 1984. (Centro de Economia Política).

FURTADO, C. A operação Nordeste. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1959. (Coleção textos brasileiros de economia).

IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2007

IBGE, Censo Demográfico, 2010.

Instituto Nacional do Semiárido. Sistema de Gestão da Informação e do Conhecimento do Semiárido brasileiro. Disponível em: < <http://www.insa.gov.br/sigsab/>>. Acesso em 07 maio 2014.

LIMA, M. A. A. de, WERHMANN, M. E. S. de F. Convivência com o Semiárido: Quais Desafios para o Programa Garantia-Safra no Ceará? VI Encontro Nacional da ANPPAS, 2012.

OLIVEIRA, M. A. de. e QUEIROZ, R. A. C. **A poluição no Rio Mossoró(RN) e a ação intervencionista do Ministério Público.** Brasília: IV Encontro Nacional da Associação Nacional de Cursos de Pós Graduação em Ciências Ambientais, 2008. Anais. Disponível em <<http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT6-518-1004-20080517230550.pdf>>. Acesso em 15 junho 2014.

PETTA, A. R., GOMES, R. de C., ERASMI, S., CAMPOS, T. F. C., NASCIMENTO, P. S. R., **Análise da Bacia Hidrográfica do Rio Apodi-Mossoró no contexto de alterações ambientais e socioeconômicas ligadas a exploração do petróleo.** 4º PDPETRO. 21-24 de Outubro de 2007. Campinas, SP. P. 1-10.

SILVA, Francisco das Chagas. **As principais fontes de poluição do rio Mossoró-Apodi na altura do sítio urbano do município de Mossoró.** Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Desenvolvimento Regional da UERN. Mossoró: 1993, 59 p.

SILVA, R. M. A. da. **Entre dois paradigmas:** combate à seca e a convivência com o semiárido. Soc. Estado. Vol. 18 nº 1-2. Brasília jan./Dec. 2003.

SILVA, R. M. A. da. Entre o combate a seca e a convivência com o Semiárido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. Tese de Doutorado, Brasília, UNB, 2006, p.298.